Processo SEI nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO**

**DISPENSA POR VALOR (SEM disputa eletrônica)**

**ARTIGO 75, INCISOS I e II, LEI 14.133/2021**

Unidade/Órgão: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Valor estimado: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fundamento legal: **art. 75, *inciso I OU II,* da Lei no 14.133/2021**



| **1. Autorização da autoridade competente para início da fase preparatória - Fls. \_\_\_\_\_\_\_** |
| --- |
| **Competência** | **Valores (até)[[1]](#footnote-0)** | **Fundamento** |
|  | Dirigentes de Unidades e Órgãos.  | Inciso I - **R$ 125.451,15**Inciso II – **R$ 62.725,59** | Art. 1º, inciso I, alínea “a”, Portaria GR nº 8.321/2024 |

| **2. Documentação e informações iniciais** |
| --- |
| 2.a – Abertura de processo administrativo, em forma eletrônica (SEI/SP)[[2]](#footnote-1) | Data \_\_/\_\_/\_\_\_\_ |
| 2.b – Designação dos agentes públicos responsáveis pela contratação, execução e fiscalização[[3]](#footnote-2) (verificar regulamento USP) | Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_  |
| **2.c – Documento de formalização de demanda (DFD)[[4]](#footnote-3)** | Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_ |
| 2.d – se for o caso, **Estudo Técnico Preliminar (ETP)[[5]](#footnote-4)**, contendo pelo menos:(i) descrição da necessidade/problema a ser resolvido; (ii) estimativa do quantitativo; (iii) estimativa do valor; (iv) manifestação sobre parcelamento; (v) conclusão sobre a adequação da contratação para a necessidade a que se destina; e(vi) caso aplicável, justificativa pela ausência dos demais itens não obrigatórios[[6]](#footnote-5) | Sim/Não\*\*Em caso de “não”, justificar | Fls. \_\_\_\_\_\_Fls. \_\_\_\_\_\_ |
| 2.e – se for o caso, **Análise de Riscos** | Sim/Não | Fls. \_\_\_\_\_\_ |
| 2.f – **Termo de Referência (TR),** Projeto Básico ou Projeto Executivo[[7]](#footnote-6)2.f.a. Utilizou-se o modelo padronizado de TR[[8]](#footnote-7) | Fls. \_\_\_\_\_\_Sim/Não |
| 2.g – Documento da Reserva ou demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com a despesa[[9]](#footnote-8)Obs: Em caso de utilização de registro de preços do sistema de compras do Gov. Federal, o documento da reserva somente será exigido para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.[[10]](#footnote-9) | Sim/Não | Fls. \_\_\_\_\_\_ |

| **3. Caracterização da hipótese legal – art. 75, I ou II** |
| --- |
| 3.a – Justificativa técnica de enquadramento da contratação à hipótese do art. 75, inciso I ou II | Fls. \_\_\_\_\_\_\_ |
| 3.b – Respeita o limite de valor, considerando o somatório das contratações de mesma natureza, realizadas pela unidade gestora, no mesmo exercício financeiro[[11]](#footnote-10)Obs: Não se aplica às contratações de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, até o limite de valor estabelecido no § 7° do artigo 75 da Lei 14.133/2021.[[12]](#footnote-11) |  ( ) SIM |

| **4. Justificativas (excepcionais) para contratação SEM disputa eletrônica (art. 8º, § 1º) – Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**4.a. Justificativa específica sobre as vantagens obtidas para a Administração – Fls. \_\_\_\_\_\_\_ |
| --- |

| **5. Valor estimado e Justificativa de Preços - Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_** |
| --- |
| **Artigo 72, incisos II e VII, e artigo 23, da Lei 14.133/2021** **Decreto Estadual no 67.888/2023**O valor estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, condições de execução, quantidade, fretes, formas e prazos de pagamento, garantias etc., levando-se em conta a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.  |
| **5.1. Parâmetros utilizados para aferição do melhor preço estimado (artigo 3º, do Decreto Estadual no 67.888/2023)[[13]](#footnote-12):**( ) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item nos sistemas oficiais de governo; ( ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data de pesquisa; ( ) dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados e com antecedência de 6 meses da data de divulgação do aviso de contratação direta; ( ) pesquisa direta com, no mínimo, 3 fornecedores, com solicitação formal de cotação e justificativa da escolha desses fornecedores, observada a antecedência de 6 meses da data de divulgação do aviso de contratação direta; ( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, com datas compreendidas no período de até 1 ano anterior à data de divulgação do aviso de contratação direta. **\*Caso não seja possível estimar o valor com base nos parâmetros acima,** ( ) valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.[[14]](#footnote-13) |
| **5.2.** A **justificativa de preços (fls. \_\_\_\_\_\_\_)** deverá ser formalizada, redigida e assinada pelo servidor/equipe responsável pela pesquisa, com a análise econômica do valor estimado, contendo, ao menos, as seguintes informações[[15]](#footnote-14): I - descrição do objeto a ser contratado; II - caracterização das fontes consultadas; III - série de preços coletados; IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado, com a respectiva justificativa; V - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte. Obs: Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada **concomitantemente** à seleção da proposta economicamente mais vantajosa (art. 10, § 4º, Decreto Estadual no 67.888/2023), a verificação quanto à compatibilidade de preços será realizada mediante solicitação formal de cotação a fornecedores e deverá considerar, de forma crítica, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.[[16]](#footnote-15) |

| **6. Habilitação e Regularidade da Contratada[[17]](#footnote-16)** |
| --- |
| 6.a – Razão da escolha da contratada[[18]](#footnote-17)  | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.b – Proposta comercial, dentro da validade | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.c – \***Verificação no SICAF** e, se for o caso, documentos complementares[[19]](#footnote-18) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.d – CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.e – CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas, da CGU) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.f – CNCIAI (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do CNJ) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.g – *e-Sanções* (Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativa) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.h – CEEP (Cadastro Estadual de Empresas Punidas) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| 6.i – Consulta à relação de Apenados do TCESP | Fls. \_\_\_\_\_  |
| 6.j. CADIN Estadual[[20]](#footnote-19) | Fls. \_\_\_\_\_ |
| \***OBS[[21]](#footnote-20):** Nos casos de contratação com:( ) entrega imediata (prazo de entrega até 30 dias da ordem de fornecimento)**OU**( ) valores inferiores a ¼ do limite de dispensa para compras em geral (**R$ 15.681,40**[[22]](#footnote-21)) Somente se exigirá a comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual e, no caso de PJ, junto à Justiça do Trabalho e à Seguridade Social – Fls. \_\_\_\_\_\_ |

| **7. Minuta de Contrato** |
| --- |
| **( ) SIM - Fls. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**7.a. Utilizou-se o modelo padronizado e pré-aprovado?7.b. Todos os campos foram devidamente preenchidos/justificados?7.c. Indicar a versão utilizada - \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  ( ) SIM ( ) SIM   |
| **( ) NÃO**[[23]](#footnote-22) 7.d. O contrato será substituído pelos seguintes documentos (como, por exemplo, carta-contrato, nota de empenho, ordem de execução de serviço, proposta comercial etc.), por conter as condições mínimas de contratação previstas no **art. 92, da Lei 14.133/2021**, no que couber:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - fls. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - fls.  |

Instruído o procedimento até o presente, declaro, sob minha responsabilidade, que as informações constantes do presente *relatório de verificação* são verídicas e que o preenchimento dos requisitos legais ora elencados foi por mim verificado.

Declaro, especificamente, que o termo de contrato (se for o caso, nos termos do item 7 acima), utilizado:

( ) seguiu a minuta disponibilizada e pré-aprovada pela Procuradoria Geral, **com as seguintes modificações no texto, marcadas em [COR], pelas justificativas abaixo:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**OU**

( ) **não** seguiu a minuta padrão, sendo pertinente destacar as seguintes peculiaridades, pelos motivos a seguir:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pelo exposto, atesto a conformidade legal do procedimento adotado, solicitando o **encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral da USP, para análise e parecer, nos termos do** **art. 6º, da Portaria PG** **no 12, de 23 de fevereiro de 2024, com as alterações introduzidas pela Portaria PG nº 13, de 30 de julho de 2024[[24]](#footnote-23).**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

(Nome e assinatura do servidor responsável)

----------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Em sequência, após manifestação da PG e atendidos os requisitos legais e procedimentais para continuidade da contratação, a Unidade/Órgão deverá prosseguir com as seguintes etapas, a título informativo, no que couber:**

**1) Providenciar a autorização final (adjudicação e homologação)** para contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos da competência definida no Art. 1º, inciso I, alínea “g”, Portaria GR nº 8.321/2024.[[25]](#footnote-24)

**2) Inserção no Sistema de Compras do Governo Federal**, nos termos do art. 23, Decreto Estadual nº 68.304/2024 (artigos 6º e 7º).

**3)** Após finalização do procedimento de contratação, a unidade/órgão responsável deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, com manutenção permanente em sítio eletrônico oficial:**

1. Ato de autorização da autoridade competente para a contratação direta ou extrato decorrente do contrato (art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);
2. Contrato e eventuais aditivos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis** (Art. 94, da Lei 14.133/2021).
1. Decreto nº 12.343/2024 – valores a serem atualizados anualmente. [↑](#footnote-ref-0)
2. Decreto Estadual no 67.641/2023. [↑](#footnote-ref-1)
3. Art. 7º, “caput”, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-2)
4. Art. 12, inciso VII, e art. 72, inciso I, da Lei 14.133/21. [↑](#footnote-ref-3)
5. Art. 18, inciso I, e parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-4)
6. Art. 18, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-5)
7. Art. 72, inciso I, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-6)
8. Decreto Estadual no 68.185/2023. [↑](#footnote-ref-7)
9. Art. 72, inciso IV, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-8)
10. Art. 6º, §2º, do Decreto Estadual nº 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-9)
11. Art. 75, § 1º, da Lei 14.133/2021, e art. 4º, § 1º, do Decreto Estadual no 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-10)
12. Art. 4º, §2º, do Decreto Estadual nº 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-11)
13. Art. 3º, § 1º - Inexiste priorização entre os parâmetros arrolados nos incisos deste artigo, podendo o agente público **optar pela adoção simples ou combinada dos referidos parâmetros**, considerando a atratividade do mercado e a mitigação do risco de sobrepreço. (g.n.) [↑](#footnote-ref-12)
14. Art. 10, § 1º, Decreto Estadual no 67.888/2023. [↑](#footnote-ref-13)
15. Art. 7º, Decreto Estadual no 67.888/2023. [↑](#footnote-ref-14)
16. Art. 14, §1º, do Decreto Estadual nº 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-15)
17. Art. 72, inciso V, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-16)
18. Art. 72, inciso VI, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-17)
19. Art. 17, “caput” e §§ 1º e 2º, do Decreto Estadual no 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-18)
20. Art. 18, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-19)
21. Art. 18, do Decreto Estadual no 68.304/2024. [↑](#footnote-ref-20)
22. Decreto nº 12.343/2024 – valor a ser atualizado anualmente. [↑](#footnote-ref-21)
23. Art. 95, da Lei 14.133/2021. [↑](#footnote-ref-22)
24. Portaria PG nº 13/2024 - https://pgusp.usp.br/wp-content/uploads/Portaria-PG-13-de-30-de-julho-de-2024.pdf [↑](#footnote-ref-23)
25. Art. 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, c/c art. 21, Decreto Estadual no 68.304/2023. [↑](#footnote-ref-24)